



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

Emitente: Controle Interno da Câmara Municipal de Guaçuí

Entidade: Câmara Municipal de Guaçuí – Estado do Espírito Santo

Gestor responsável: Paulo Henrique Couzi Rosa

Exercício: 2017

1. RELATÓRIO:

1.1. Introdução:

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Na preparação do presente relatório, o Controle Interno da Câmara Municipal de Guaçuí, retirou as informações das peças documentais encartadas na PCA – Prestação de Contas Anual, por meio de análise realizada em conjunto com o contador responsável na Casa Legiferante e, também, com base nos trabalhos de conferência dos documentos realizados por amostragem.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	PCA – Prestação de Contas Anual.	- Os bens móveis demonstrados no BALPAT corresponde aos bens fisicamente levantados conforme inventário, idêntico ao apresentado no arquivo INVIMOV – inventário anual de bens móveis. - Os bens imóveis de natureza obras/instalações devidamente incorporados ao próprio de natureza pública pertencente ao Município, conforme demonstrado no arquivo INVIMO – inventário anual de bens imóveis. - Os bens existentes no almoxarifado corresponde ao valor demonstrado no INVALM – inventário anual de bens em almoxarifado. Vide tabela abaixo – 1.2.1.
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito aplicação.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	PCA – Prestação de Contas Anual.	As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais estabelecidas na praça de Guaçuí-ES. - Agência da Caixa Econômica Federal - c/c nº 006.143-9. - Agência do Banco do Estado do Espírito Santo S/A - c/c nº 2.482.586.
1.3.4	Disponibilidades financeiras depósito aplicação.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras confrontando os valores registrados com os extratos bancários no final do exercício.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Os valores apresentados no TVDISP – Termo de Verificação de Disponibilidade, estão idênticos aos apresentados nos respectivos extratos de contas bancárias emitidos em dezembro/2017. Não havendo, portanto, nenhum cheque em trânsito e nenhuma outra diferença a considerar.
1.4.7	Despesas com pessoal – limite.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	LC 101/2000 arts. 19 e 20	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Em conformidade com o relatório de apuração da RCL, fornecido pelo Executivo Municipal a Receita Corrente Líquida apurada no período de janeiro a dezembro de 2017 importaram no montante de R\$ 68.689.603,15.



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

						Contra um gasto com pessoal na ordem de R\$ 1.372.737,22 , gerando um gasto a um percentual de 2% (dois por cento) sobre a referida receita.
1.4.10	Despesas com pessoal limite prudencial vedações	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Avaliando-se as despesas com pessoal foi constatado que as mesmas estão aquém dos 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo permitido para o Poder Legislativo Municipal.
1.4.11	Despesas com pessoal extrapolação do limite providências/medidas de contenção.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 (e 169, §§ 3º e 4º da CF-88) foram adotadas.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Considerando a análise do código 1.4.10, torna-se desnecessário quaisquer observações sobre esse ponto de controle, pois não houve extrapolação do limite previsto na legislação.
1.4.13	Poder Legislativo Municipal despesa com folha de pagamento.	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Analisando a despesa com folha de pagamento constata-se que ficou dentro do limite permitido por Lei. Vide tabela abaixo – 1.2.2.
1.4.17	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislação para outra.	PCA – Prestação de Contas Anual.	A fixação dos subsídios dos Vereadores atendeu os dispositivos legais, especialmente ao diz respeito ao limite máximo, sem desconsiderar o princípio da anterioridade. Vide tabela abaixo – 1.2.3.
1.4.18	Despesas com pessoal subsídio dos vereadores pagamento	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se o pagamento dos subsídios aos vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Em análise ao pagamento do subsídio individual da Edilidade, verifica-se que obedeceu aos limites fixados na Constituição Federal em relação ao subsídio individual do Deputado Estadual. Vide tabela abaixo – 1.2.4.
1.4.19	Despesas com pessoal remuneração vereadores	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Considerando as receitas do Município de Guaçuí – base referial total atingiu o montante R\$ 75.230.828,67 , e a despesa com pessoal – remuneração dos Vereadores atingiu o montante de R\$



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

						626.040,00. Portanto, abaixo do limite previsto na legislação correlata. Vide tabela abaixo – 1.2.5.
1.4.20	Poder Legislativo Municipal despesa total	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Nesta análise denota-se que baseado no demonstrativo fornecido pelo Poder Executivo cumpriu-se na íntegra o repasse estabelecido no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988. Vide Tabela abaixo – 1.2.6.
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Todos os documentos gerados e transmitidos na Prestação de Contas Anual em conformidade com item III/D da Instrução Normativa 43/2017.
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção	PCA – Prestação de Contas Anual – Exercício 2017.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	PCA – Prestação de Contas Anual.	Conforme pode observar no que foi relatado acima não existe déficit orçamentário na UG em análise.

1.2. Tabelas:

1.2.1. Tabela referente ao código 1.3.1, dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário, a saber:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR
Bens Móveis	257.171,62
Bens em Almoxarifado	4.295,96
Bens Imóveis (Obras e Instalações)	187.678,67
Diferenças	0,00

Fonte: Balanço Patrimonial



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

1.2.2. Tabela referente ao código 1.4.13, Poder Legislativo Municipal despesas com folha de pagamento:

O art. 29-A, § 1º da Constituição Federal de 1988, estabeleceu que a Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores. Vide tabela abaixo:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$):
a) Total de duodécimo (Repasse) Recebidos no Exercício	2.305.867,58
b) Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	1.148.078,92
c) % Gastos com folha de pagamento (b*100/a)	49,79%
d) % Limite Gasto com folha de pagamento	70,00%

Fonte: PCA/2017

1.2.3. Tabela referente ao código 1.4.17, despesas com pessoal subsídio dos vereadores fixação, a saber:

DESCRIÇÃO	Valor (R\$)
a) Receita corrente líquida – RCL	68.689.603,15
b) Despesas totais com pessoal	1.372.737,22
c) % das despesas totais com pessoal em relação à RCL (b*100/a)	2%
d) % Limite das despesas totais com pessoal em relação à RCL	6%

1.2.4. Tabela referente ao código 1.4.18, despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento:

O valor máximo do subsídio dos vereadores no Município de Guaçuí que tem uma população entre 10.000 e 50.000 habitantes está no limite de 30% (trinta por cento) do subsídio do Deputado Estadual do Estado do Espírito Santo. Apresenta abaixo o gasto individual com subsídio do Poder Legislativo de Guaçuí, a saber:

DESCRIÇÃO:	Valor (R\$)
a) Subsídio do Deputado Estadual – Base Referencial Individual	25.322,25
b) Gasto Individual com Subsídio dos Vereadores	4.700,00
c) % de correlação com o subsídio do deputado estadual (b*100/a)	18,56%
d) % limite de correlação com o subsídio do deputado estadual	30%



Câmara Municipal de Guaçuí

Estado do Espírito Santo

1.2.5. Tabela referente ao código 1.4.19, despesas com pessoal – remuneração dos vereadores, a saber:

DESCRIÇÃO	Valor (R\$):
a) Receitas Municipais – Base Referencial Total	75.230.828,67
b) Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	626.040,00
c) % Compreendido com subsídio (b*100/a)	0,83%
d) % Limite	5%

1.2.6. Tabela referente ao código 1.4.20, Poder Legislativo Municipal despesa total:

A Constituição da República de 1988 disciplinou sobre os municípios, no Capítulo IV, do Título III, que trata da organização do Estado. Em seu artigo 29-A – inciso I (7% para Municípios com população de até 100,000 habitantes), ao dispor sobre as despesas do poder Legislativo, estabeleceu, dentre outras condições, o limite máximo para despesas totais do Poder Legislativo e o limite máximo de gastos com a folha de pagamento, incluindo o subsídio dos vereadores.

Com base na documentação que integra a prestação de contas anual – PCA apurar se os valores transferidos pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal, a título de duodécimo, no decorrer do exercício em análise, ocorreram dentro do limite legal, a saber:

DESCRIÇÃO	Valor (R\$):
a) Receita tributária e transferências (Art. 29-A da CF/88)	32.940.965,95
b) % Máximo para o Município	7%
c) Valor máximo permitido para transferência (b*a)	2.305.867,61
d) Valor efetivamente transferido	2.305.867,58

1.3. Constatações e proposições:

Examinando os itens que compõem a tabela do tópico 1.1, não cabe nenhuma indicação de achados e as proposições a serem apresentadas, mormente não foi apontada nenhuma discrepância nos tópicos analisados que necessitassem de adequação.

1.4. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

O item em cometo nos leva a reportar que toda a gestão responsável tornar-se-á imprescindível que exista perfeito entrosamento entre o político e o técnico, sempre se



Câmara Municipal de Guaçuí **Estado do Espírito Santo**

mantendo uma margem necessária nesse entrosamento que viabilize as realizações próprias de cada ente, sem ferir os preceitos constitucionais que norteiam a vida pública.

No tocante à gestão fiscal do ente objeto do presente, fica claro que foram observados todos os limites legais, como se pode observar na Prestação de Contas Anual – PCA, exercício de 2017, que segue ao relatório.

Por derradeiro, na gestão financeira, o ente recebeu a título de duodécimo a importância de R\$ 2.305.867,58 (dois milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais, cinquenta e oito centavos), valor considerável ao se tratar de um município de médio para pequeno porte, que além de cobrir todas as responsabilidades do Poder Legislativo Municipal, ainda, vale frisar, foi possível o retorno financeiro ao Poder Executivo Municipal a quantia de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) – informação contida no balanço financeiro da PCA, restando nas contas dos bancos oficiais mantidas pela Câmara Municipal o saldo de R\$ R\$ 300.063,16 (trezentos mil, sessenta e três reais, dezesseis centavos).

2. Parecer do Controle Interno:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Paulo Henrique Couzi Rosa, presidente da Câmara Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, relativa ao exercício de 2017.

Vale frisar, que a análise da Prestação de Contas Anual se restringiu a conformidade com os itens dos anexos da Instrução Normativa nº 43/2017-TCEES, já que o subscritor da presente peça não possui condições de avaliar se os registro e demonstrações contábeis foram realizadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, sendo que todos os atos que seguem a Prestação Contas Anual foram executado pelo técnico contábil do ente em questão.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular.

Guaçuí-ES., 26 de março de 2018.

Marco Antonio Costa
Controlador da Câmara Municipal de Guaçuí